

**De Forasteiro à Unanimidade:
A ascensão política e Juracy Magalhães na Bahia no período de 1931-1934**

Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo Pinho¹

1. Introdução:

Juracy Magalhães revolucionou a forma de fazer política na Bahia, modificou tanto que até hoje sua forma de agir é imitada pelos candidatos ou ocupantes de cargos eletivos. É mais impressionante ainda pensar que antes de ser indicado para o cargo de interventor, em 1931, ele não possuía nenhuma experiência política, além do mais, era muito jovem (tinha apenas 26 anos), e foi enviado para um estado bastante conturbado.

O sucesso de Juracy à frente do governo do estado deve-se, em grande medida, a sua capacidade de construir alianças sólidas, capazes de, em três anos, lhe darem maioria absoluta nas eleições de 1934.

Esse artigo se presta a entender quais as estratégias utilizadas por Juracy Magalhães para construir alianças que, em tão pouco tempo, foram capazes de reverter uma situação completamente desfavorável, que o levaram de figura hostilizada a unanimidade estadual. Status que foi confirmado pela eleição esmagadora de 1934. Procurando entender o que há de novo nesse modo de fazer política que, apesar da oposição dos tradicionais políticos baianos, perpetuou-se e serve ainda de modelo.

2. Juracy Magalhães:

Juracy Montenegro Magalhães, filho de Joaquim Magalhães e Júlia Montenegro Magalhães, nasceu em 04 de agosto de 1905 em Fortaleza – Ceará. Passa a infância e adolescência nessa cidade até que, em 03 de julho de 1922, senta praça no Exército, no 23º Batalhão de Caçadores. No ano seguinte, em 08 de fevereiro, Juracy parte para o Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar do Realengo. Forma-se em 07 de janeiro de 1927 como segundo colocado na arma de Infantaria.

¹ (Mestranda em História – CPDOC/ FGV)

Em 1928, servindo na Vila Militar do Rio de Janeiro, tem o primeiro contato com Juarez Távora e inicia sua participação nas atividades conspiratórias. Em seguida é transferido de volta para o 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, onde permanece até 14 de fevereiro de 1930, quando é transferido para o 22º Batalhão de Caçadores na Paraíba; onde assume o posto de comandante de companhia.

Após dois anos de participação ativa a conspiração que dará origem ao movimento revolucionário de 1930, torna-se o lugar-tenente de Juarez Távora. E, nos dias 03 e 04 de outubro de 1930, dá início ao movimento revolucionário, seguindo com suas tropas em direção ao Sul. Com a vitória da Revolução, em 1931, torna-se o secretário de Juarez Távora – o vice-rei do norte. Mas com todos os problemas da interventoria baiana, seu nome é indicado e ele assume o cargo no dia 21 de setembro de 1931. Em 1933 funda o Partido Social Democrático na Bahia, partido do governo. E, em 14 de outubro de 1934 é eleito governador da Bahia pela Assembléia Estadual, com maioria absoluta.

3. A Bahia Antes da Revolução de 30:

A política baiana, no período da Primeira República (1889 – 1930), encontrava-se numa profunda estagnação que, segundo Israel Pinheiro², era decorrência da decadência econômica que o estado se encontrava desde o começo do período imperial (1822 – 1889). E essa falta de dinamismo político justifica a ausência de grandes nomes de na política nacional durante o primeiro período republicano, tendo como exceção apenas Rui Barbosa.

Sendo assim, as elites baianas, anteriormente consideradas de vanguarda no que dizia respeito a movimentos sociais, tornaram-se extremamente conservadoras³ e preocupadas com a manutenção do *status quo*. A política baiana passa a ser uma forma de – através do clientelismo⁴ - manter a posição política das famílias tradicionais do estado, já que há muito o poder econômico foi perdido. O grande objetivo dos políticos baianos passou a ser sempre ficar ao lado dos detentores do poder para tentar recuperar diante do país a posição de destaque que durante o Império o estado desfrutou.

² PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: Atraso e personalismo. In: Ideação, Feira de Santana, n. 4, jul/dez, 1999, pp 47-78.

³ Ainda segundo Israel Pinheiro, o último movimento de relevância da Bahia ocorreu durante o período regencial e foi a Sabinada.

⁴ Clientelismo: é a troca de favores entre duas figuras políticas (uma mais forte e outra mais fraca) em troca de apoio político (José Murilo de Carvalho. Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual).

Como a Bahia não havia evoluído politicamente o bastante para adaptar-se ao período republicano, ocorreu a privatização do Estado para satisfazer aos interesses dos grupos no poder⁵. No entanto, isso só é possível porque o único grupo que permanece na disputa eleitoral é a oligarquia baiana, que se divide em partidos políticos que não se diferenciam em ideologias (se é que as possuem) mais sim por seus políticos mais importantes (J.J. Seabra, Góes Calmon, Severino Vieira, Otávio Mangabeira). Por isso os partidos, ao invés de serem chamados de, por exemplo, republicano (PRB), eram chamados de severinista, ou seabrista, ou calmonista, etc – sinal claro do personalismo que dominou a política no estado não só durante a primeira república, mas também presente após a Revolução de 1930.

No que diz respeito aos aspectos econômico e social da Bahia no mesmo período, pode-se dizer que esse é um estado extremamente agrário, que possuía uma péssima qualidade de vida para a população em geral – com um pequeno número de hospitais que se concentravam na capital, sem saneamento básico nas cidades (nem mesmo em Salvador), alto índice de mortalidade, etc. A população, de forma geral, é utilizada como massa de manobra para que os grupos oligárquicos alcancem seus objetivos (principalmente políticos). Além disso, o nível de instrução é muito baixo e o maior contingente populacional encontra-se disperso em pequenas cidades e vilarejos quando não moram nas fazendas que pertencem aos coronéis, trabalhando como meeiros ou terceiros⁶.

Economicamente a Bahia é um estado duplamente dependente. Dependia do comércio externo, pois sua economia era voltada para a exportação de produtos primários como o açúcar, o fumo, o couro cru e o cacau (que nesse período era o principal produto), além de depender também do centro-sul do Brasil para comprar os produtos de necessidade básica da população tal como feijão, carne seca e manteiga, que não eram produzidos no estado. Significa dizer que o lucro obtido com as exportações, em grande parte, “escorria” para os estados do centro-sul o que prejudicava ainda mais a situação financeira do estado que já estava completamente endividado com bancos tanto na Inglaterra quanto na França. A crise de 1929 ajuda a desestruturar ainda mais a já frágil economia baiana por causa da desvalorização dos produtos comercializados pela Bahia no mercado externo.

⁵ Sendo isso agravado pelo Federalismo da primeira constituição, que concentrava na mão do governador total controle sobre o Estado.

⁶ O que, para Luís Henrique Dias Tavares, pode ser considerado como semi-escravidão já que não havia salário fixo e eles ainda deviam trabalho gratuito aos donos da terra.

Toda essa instabilidade política e econômica causa a revolta nas classes mais baixas da sociedade baiana e prova disso é a na Revolta do Quebra-Bondes⁷ de 1930 e as greves por melhores trabalhos em 1934. Quanto aos trabalhadores rurais a situação ainda era mais grave: além de tudo isso, eles ainda precisavam conviver com uma grande seca que afligiu a região nesse período, com o banditismo e com a já mencionada semi-escravidão. É esse quadro de total abandono que irá justificar o alto índice de migração para o centro-sul do país, principalmente após a lei de 1934 que limitava a entrada de imigrantes estrangeiros.

A indústria baiana já existia desde o final do século XIX. Composta principalmente de fábricas tecidos e usinas de açúcar que eram ineficientes devido à má conservação do maquinário, a falta de investimento na modernização da produção e de mão-de-obra qualificada e a deficiência nas vias de comunicação; já que as estradas (tanto de ferro, quanto de rodagem) eram feitas para favorecer os coronéis e estavam em péssimo estado de conservação. Prova disso é o fato de Salvador só ter seu porto construído em meados da década de 1930. É esse o estado que, em 1930, observa sem interferir no desenvolvimento dos planos revolucionários e mantêm seu posicionamento conservador até quando possível .

4. A Revolução de 1930 na Bahia:

Segundo afirmam autores como Luís Henrique Dias Tavares e Consuelo Sampaio, nunca houve um segredo tão mal guardado do que a preparação da Revolução de 1930⁸, no entanto, os próprios revolucionários da Aliança Liberal⁹ não tinham certeza sobre se seria possível fazer uma revolução naquele momento, até porque todos estavam enfrentando problemas em seus estados e é por esse motivo que resolvem participar das eleições presidenciais realizadas em março de 1930. Mesmo com a derrota, a única coisa que consegue dar unidade aos revoltosos – militares (tenentes) e políticos civis – foi o assassinato de João Pessoa.

⁷ Revolta que acontece em Salvador em 04/10/1930 contra o aumento das tarifas dos bondes e da energia elétrica pouco antes autorizado pelo prefeito da cidade. Essa revolta tem início quando a população vê a bandeira do Brasil ser utilizada como tapume na sede da empresa estrangeira Companhia Linha Circular de Carris Urbanos (responsável pelo serviço de bondes e energia elétrica na cidade) e isso representa para os populares um sinal claro da falta de respeito pelos funcionários da dita empresa pelo povo brasileiro.

⁸ Isso pode ser comprovado pelos jornais da época, só nos quatro maiores periódicos da Bahia podem ser encontradas como matérias de capa notícias da preparação do golpe no Jornal A Tarde, no Diário da Bahia, Diário de Notícias e O Imparcial, durante todo o ano de 1930.

⁹ Partido no qual as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba concorreram a eleições presidenciais de 1930, tendo Getúlio Vargas (RS) como presidente e João Pessoa (PB) como vice, rivalizando com a chapa de São Paulo que tinha Júlio Prestes (SP) como presidente e Vital Soares (BA) como vice.

Em relação à Bahia, o apoio da oligarquia local foi quase que totalmente dado à chapa paulista, até por se tratar de um estado de segunda grandeza no cenário nacional no qual a oligarquia buscava voltar a posição que já havia ocupado no passado e, com a candidatura de Vital Soares para a vice-presidência a possibilidade desse desejo tornar-se realidade parecia bem próximo. No entanto, J.J. Seabra, Moniz Sodré e alguns poucos acadêmicos e militares¹⁰ eram os aliados baianos da Aliança Liberal, mas mesmo assim de nada esse apoio serviu para evitar a esmagadora do candidato paulista na Bahia.

Quando a revolução começa em 04 de outubro de 1930, Washington Luís envia telegramas para os coronéis do vale do São Francisco pedindo para que eles e seus “exércitos” (jagunços) se unissem aos soldados legalistas na defesa da ordem na Bahia, eles, em sua maioria, prontamente atenderam ao chamado e se juntaram as tropas legalistas sediada em Alagoinhas (base de ações do exército) sob o comando do General Santa Cruz e tentam, como primeiro objetivo, invadir Minas Gerais, no entanto, a aproximação das tropas vindas do norte do país muda os planos e a intenção passa a ser a defesa do estado.

Enquanto as tropas legalistas esperavam em Alagoinhas e Juazeiro, os revoltosos desciam de Recife para a Bahia, divididos em duas colunas, uma pelo interior do estado – liderada por Jurandir Mamede – que recebe o primeiro combate no São Francisco, e outra pelo litoral sendo comandada por Juracy Magalhães. No dia 24 de outubro, quando as colunas já estavam reunidas e se preparavam para entrar em Salvador, o presidente foi derrubado pela junta militar no Rio de Janeiro, provocando a rendição das tropas ainda leais. No dia 25 de outubro, Juracy Magalhães, Jurandir Mamede, Agildo Barata e Juarez Távora entram em Salvador e dão posse ao Coronel Ataliba Osório como Interventor interino.

5. As Duas Primeiras Interventorias:

Como era costume dos conservadores políticos baianos, eles apoiaram o governo de Washington Luis até o último dia, mas quando a derrota já está estabelecida, passaram a ser os mais empolgados dos revolucionários¹¹, exatamente como aconteceu no período da transição da monarquia para a república. Provando mais uma vez a necessidade da oligarquia

¹⁰ Os acadêmicos eram Eduardo Mamede, Alípio Viana e Leopoldo Amaral. Já os militares eram: João Costa, Humberto de Sousa Melo, Joaquim Ribeiro Monteiro e Germano Hanequim Dantas. Sendo que os militares só ficaram sabendo da Revolução em fevereiro de 1930, quando Juracy Magalhães, Jurandir Mamede e Agildo Barata, de passagem por Salvador, os convenceram a participar.

¹¹ Essa atitude pode ser comprovada através das manchetes de capa dos jornais “Diário da Bahia”, “A Tarde”, “Diário de Notícias” e “O Imparcial”, no dia 23/10/1930 todos acreditam ainda ser possível a vitória legalista, já no dia 25/10/1930 e nos dias que se seguem todos dão glórias a revolução, chamando-a de “gloriosa” ou “maravilhosa”.

baiana de permanecer sempre ao lado dos vencedores para tentar receber as prebendas do Estado.

Após o fim dos conflitos, o coronel Ataliba Osório foi nomeado governador interino até que fosse escolhido o interventor oficial, coisa que acontece em 03 de novembro de 1930 quando o professor da faculdade politécnica Leopoldo Amaral (seabrista) chegou para assumir o cargo. Sua primeira medida a frente da interventoria foi mandar prender e desarmar todos os coronéis. Essa atitude foi responsável por sua queda dois meses depois. J.J. Seabra tenta candidatar-se ao cargo, mas é rejeitado em favor do médico sanitário Artur Neiva.

O segundo interventor é nomeado em janeiro de 1931 e, tomou a medida de soltar os coronéis – atitude que desagradou muito aos tenentes reformistas. Em seguida, Neiva tentou fazer outras reformas administrativas, sendo a principal delas a reforma dos municípios, que tinha como objetivo diminuir o número de cidades do estado melhorando assim a administração das mesmas, facilitando a fiscalização do recolhimento de impostos, e diminuindo a possibilidade de corrupção; além de acabar com a base do poder coronelista, pois diminuiria o número de cidades (reduzido do poder dos coronéis). Essa atitude foi responsável pela deposição de Artur Neiva. Nem mesmo a criação do Instituto do Cacau (junho de 1931), que tinha como objetivo estimular a cacauicultura, foi capaz de evitar sua queda sete meses após a nomeação.

6. A Campanha para a Nomeação de J.J. Seabra para Interventor: o Surgimento da Oposição:

Como dito anteriormente, J.J. Seabra foi o único político de relevância da Primeira República que apoiou a Aliança Liberal na Bahia. Mas a adesão à causa revolucionária só acontece porque esse político já estava afastado do poder há quase 10 anos – desde o final do seu governo em 1924 – sem nenhum sinal claro de mudança nesse quadro. Sendo assim, qualquer movimento político que se mostrasse como alternativa ao modelo existente apresentava-se atraente, uma forma de reverter sua situação política.

Com a vitória da revolução, Seabra começou a cobrar vantagens em contrapartida ao apoio dado. No entanto, Getúlio Vargas, conhecedor que era das peculiaridades da política baiana, e para manter os ideais revolucionários, não devolve o poder do estado à antiga oligarquia e nega o cargo de interventor ao político baiano; mas nomeia um dos seus aliados – Leopoldo Amaral. Como Amaral não consegue manter-se no posto de interventor, J.J. Seabra tenta mais uma vez ser nomeado, novamente recusado.

Desde então inicia nos jornais baianos uma campanha para tentar a sua indicação como interventor do estado e de difamação de Artur Neiva. São inúmeras matérias escritas, durante o ano de 1931, nos quatro maiores jornais de Salvador – “O Imparcial”, “A Tarde”, “Diário da Bahia” e “Diário de Notícias” – que ou exaltavam as inúmeras qualidades do grande líder Seabra (que havia guiado a Bahia para a revolução) ou acusavam Artur Neiva de incapacidade política para governar o estado.

Mas é a nomeação de Juracy Magalhães para o cargo de interventor do estado que leva J.J. Seabra de vez para a oposição, juntamente com os irmãos Mangabeira (João e Otávio). Até a derrota nas eleições de 1934, utiliza-se da imprensa da capital para atingir o interventor com artigos exaltando a importância da Bahia para ser governada por um “forasteiro”, militar e tão inexperiente politicamente quanto Juracy era.

Expressões como “Brios Baianos”; “A Bahia ainda é a Bahia”; “Bahia, a heroína hercúlea de seios titânicos”, dão o tom de uma oposição que tenta relembrar um passado há muito inexistente. E é essa fixação nas glórias anteriores que foi a base para a campanha nas eleições de 1934, que teve Otávio Mangabeira como candidato ao governo do estado pela oposição e J.J. Seabra como candidato a deputado federal, mas que resultou numa derrota vigorosa.

7. O Forasteiro Toma Posse: A Criação das Alianças:

Antes de vir para a Bahia, Juracy Magalhães tenta manter um contato com os políticos baianos que se encontravam no Rio de Janeiro (Seabra, Pedro Lago¹² e João Mangabeira), seu objetivo era encontrar algum apoio desses líderes estaduais. No entanto, isso não ocorreu, pois a elite política baiana estava se sentindo insultada com a nomeação federal já que o novo interventor não era baiano, era muito jovem (tinha 26 anos e foi o interventor mais novo do país), não tinha experiência política e nem conhecia os problemas do estado; mas a pior de todas as afrontas era o fato de que esse “forasteiro” havia sido imposto a um estado que sempre teve a tradição de possuir políticos ilustres.

O único apoio incondicional dado ao interventor quando da sua chegada à Bahia foi o da Igreja Católica, na figura do Arcebispo Augusto Álvaro da Silva. Juracy Magalhães conta no livro *Minhas Memórias Provisórias*¹³, qual era o argumento usado pelo Arcebispo para tentar quebrar a resistência das pessoas em relação a sua nomeação:

¹² Que seria o governador do estado se a Revolução de 1930 não tivesse vencido.

¹³ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

“Olhe, tenente Juracy, nos diálogos que mantenho com seus adversários, pergunto sempre porque, na opinião deles, o senhor não pode ser interventor. Normalmente alegam que o senhor é militar, e eu respondo que ser militar não é defeito, é uma profissão. Então eles argumentam que o senhor não nasceu na Bahia, mas eu lembro que eu próprio sou pernambucano de nascimento e baiano de coração. Finalmente, quando dizem que o senhor é muito moço, eu replico uma história que aprendi no vaticano: Certa vez, um Papa nomeou um Cardeal muito jovem e recebeu críticas por sua atitude. Quando foi agradecer sua elevação cardinalícia, o Sumo Pontífice lhe perguntou se estava a par das restrições feitas à sua pouca idade ao que o jovem respondeu: ‘Santidade, este é um pecado de que a cada dia me redimo um pouco’”.

Mas essa falta de apoio não significou um problema para Juracy já que ele se mostrou um político muito habilidoso e pragmático. Como ele mesmo afirma, “tornei-me um elemento simpático”, estava sempre dando entrevistas; criou seu próprio programa no rádio, no qual falava semanalmente com todo o estado; conquistava aliados em conversas informais, criando vínculos de amizade; acabou com as ameaças que rondavam os antigos adversários do novo governo (coronéis) engavetando todos os processos existentes contra eles. Isso significa dizer que para governar o estado o novo interventor abriu mão das ideologias tenentistas, sem demonstrar constrangimento em esquecer o código dos interventores e não por em prática a mais importante medida: a reforma dos municípios – outra atitude que agrada aos coronéis.

Mas o grande diferencial de Juracy Magalhães dos demais governadores da Bahia foi a disposição de percorrer todo o estado em viagens constantes; como afirma Ruy Santos no livro *Minha Vida Pública Na Bahia*¹⁴:

“José Marcelino havia ido ao Rio Preto, Seabra ao São Francisco, Góes Calmon a Caitité, Vital Soares a Água Preta. Mas uma viagem, duas quando muito. Juracy não raro mês que não foi a esta ou aquela zona, não visitou este ou aquele município.”

Esta disposição para viagens possibilitava um contato próximo com a população baiana, que passou a reconhecer em Juracy um líder. Além disso, em suas viagens pelo interior, Juracy buscava os líderes locais (os coronéis) e criava vínculos com eles, acabando com os intermediários.

E é nessa valorização do chefe local que está um dos segredos de Juracy Magalhães; antes dele, cada região do estado era controlado por um político diferente – os currais eleitorais – e eram esses os políticos (normalmente deputados) que traziam as melhorias para as regiões. Mas após a Revolução de 30, os líderes podiam entrar em contato direto com o interventor para resolver seus problemas diretamente com ele, isso representava uma valorização sem precedentes dos coronéis.

¹⁴ MAGALHÃES, Juracy. *Minha Vida Pública na Bahia*. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro, 1957.

Como os políticos tradicionais (os Mangabeiras, Seabra, Luis Viana Filho, etc) estavam na oposição, Juracy fez alianças com pessoas que não tinham expressão na política baiana; professores universitários, jornalistas e profissionais capacitados, mas não aproveitados pela oposição. Dessa forma, a lealdade desses novos políticos era totalmente dedicada o interventor, já que foi ele que possibilitou a ascensão destes ao cenário político estadual e nacional.

É claro que medidas como a estabilização econômica do estado; o combate eficiente ao banditismo; o incentivo ao desenvolvimento da agricultura (através de vários novos Institutos nos moldes do já existente Instituto do Cacau); a construção de escolas pelo interior e de hospitais na capital do estado; pavimentação de estradas; início da construção do porto de Salvador e reinício das obras de saneamento na mesma cidade; em muito contribuíram para atrair, estabelecer e solidificar as alianças necessárias para que Juracy conseguisse governar o estado durante seis anos.

Outro grande feito de Juracy Magalhães foi a criação do Partido Social Democrático. O PSD baiano é o partido do governo que alcança maior sucesso nas eleições, graças ao trabalho de arregimentação de alianças feito por ele. Isso porque, quando em janeiro de 1933 iniciam-se as conversas para a formação de partidos da revolução, Juracy já possuía a maioria do estado ao seu lado. Foram mais de 400 diretórios municipais que aceitaram como grande líder o próprio interventor; só na assembléia estadual para a elaboração do programa do PSD havia 346 representantes, entre delegados municipais e distritais.

O poder de Juracy Magalhães é tamanho que em algumas cidades, dois ou mais grupos antagônicos dão apoio ao PSD, mais especificamente ao interventor do estado. É graças a situações como estas que permitem ao “forasteiro” desbancar políticos experientes, como João Mangabeira, acabando com seus “currais eleitorais”, nesse caso, o sul do estado.

É o próprio interventor quem melhor define o que ele fez no período de criação do PSD:

“O que eu fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos em cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária. Além disso, dei autonomia política às chefias locais, eliminando intermediários, como João Mangabeira e Chico Rocha, para tratar dos problemas diretamente com os pequenos chefes municipais, que passaram a me manifestar suas preferências, indicando eles próprios o candidato a deputado que desejavam apoiar em sua área, de modo a estabelecer nossa vinculação em bases absolutamente democráticas e reais.”¹⁵.

¹⁵ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

8. A Eleição para Governador: Confirmação do Domínio:

No período eleitoral de 1933/34, a presença de Juracy Magalhães na Bahia, como interventor e candidato ao governo do estado, conseguiu algo inédito na história da política baiana: a união das várias facções da oligarquia do estado num único partido; a Liga Autonomista. Antes dele, as diversas facções da elite baiana viviam em conflito, numa tentativa de conseguir sempre mais poder; mas a presença de um inimigo em comum foi capaz de formular uma aliança, mesmo que tênue para tentar combatê-lo. Esse partido foi encabeçado por J.J. Seabra, João e Otávio Mangabeira; sendo o último o candidato ao governo do estado.

As eleições foram indiretas, mas, segundo o próprio Juracy,

“estabeleci, (...), que só aceitaria candidatar-me (...), se fosse previamente declarado que os candidatos eleitos pelo PSD votariam em mim, (...). Como Mangabeira assumiu atitude idêntica, posso considerar que me elegi de forma direta, derrotando-o espetacularmente nas urnas, sobretudo na capital, (...)”¹⁶.

O PSD elegeu 20 dos 22 deputados federais, além de 40 dos 53 deputados estaduais. Provando claramente o domínio de Juracy Magalhães no estado.

9. Conclusão:

A primeira conclusão que se pode chegar é que a Revolução de 30 fracassou em seus propósitos na Bahia. Não fez as mudanças políticas esperadas, reforçando o regionalismo político, a força dos coronéis e a antiga “política dos governadores” que tem como base o coronelismo.

Se levarmos em consideração a própria definição do que significa coronelismo que é: “um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República envolvendo compromissos recíprocos”¹⁷, percebe-se que essa relação não termina em 1930, na verdade, ela se fortalece. Um exemplo disso é que após a vitória revolucionária, quando a estrutura de poder da política baiana se encontrava instável, os coronéis passaram a negociar diretamente com o governo federal o que diminuía ainda mais o poder dos dois

¹⁶MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

¹⁷LEAL. Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.

primeiros interventores no estado; valendo a pena lembrar que ambos foram derrubados do cargo após aplicarem medidas que iam de encontro com os interesses dos coronéis.

Outra questão a ser analisada é que o governo Juracy Magalhães só pode ser considerado como o momento de estabilização política na Bahia pós-30 porque ele não põe em prática o código dos interventores que tinha como objetivo acabar com os regionalismos políticos destruindo sua figura mais proeminente e marcante: o coronel. Ao invés disso, ele alia-se a essa oligarquia dando a esses líderes locais mais poder do que eles tinham antes da Revolução, já que nesse momento eles não possuem mais os intermediários políticos, os acertos políticos são feitos diretamente com a maior autoridade do estado: o interventor. Como diz Eul – Soo Pang, Juracy Magalhães torna-se o “super coronel” que consegue controlar a grande maioria dos chefes políticos locais.¹⁸

O carisma de Juracy Magalhães é inegável. A capacidade de construir alianças políticas advêm dessa capacidade de fazer que enxerguem nele um líder a ser seguido. Vários foram os fatores que contribuíram para torná-lo uma unanimidade; o fato de manter-se sempre em contato com a população criou uma conexão entre autoridade e povo que anteriormente não existia. Nenhum outro governador do estado havia passado tanto tempo fora do gabinete, em contato direto com o povo quanto Juracy, e essa proximidade o transforma num igual, alguém em quem se pode confiar.

Outro ponto que aproxima o novo interventor das massas é o fato de conhecer todos pelo nome, são vários os relatos de pessoas que se surpreenderam por serem reconhecidas por ele, mesmo após longos períodos sem se encontrarem; e Juracy não lembrava só das pessoas, mas também das famílias, e ele soube fazer uso dessa memória prodigiosa. Além disso, era comum, durante suas viagens, almoçar nas casas mais simples; em suma, ele “fazia amigos e não aliados políticos”.

Em todas as suas viagens ao interior os símbolos do poder eram revalidados, pois, sempre que chega a uma nova cidade, o mesmo ritual era seguido: fogos, palanques, discursos, festa. Além de ser visto como um igual, todo esse ritual em torno da sua figura, tornava-o um superior, alguém que merecia reverência, adoração. Prova disso é que, no interior da Bahia, anos após o afastamento de Juracy Magalhães da política, ainda era possível encontrar fotos suas nas casas de pessoas simples, posta ao lado dos alteres de oração¹⁹.

¹⁸ PANG, Eul – Sôo. *Coronelismo e oligarquias (1888-1934): A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

¹⁹ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

Mas Juracy Magalhães, não cria vínculos apenas com a base da sociedade baiana, ele buscou a parte da elite que estavam dispostas a apoiá-lo, ou seja, os intelectuais e os coronéis. Para os primeiros, ao ficarem ao lado do interventor, ganhavam motoriedade política e cargos públicos e permaneciam ao se lado por saberem que antes de Juracy, não havia espaço para eles na política.

Ao buscar os líderes políticos do interior, indo ao encontro deles em suas regiões, Juracy Magalhães leva consigo o centro de poder; cada cidade do interior, durante alguns dias, transformava-se no ponto convergente de poder do estado. Essa valorização do local e dos líderes de cada região era muito mais do que os coronéis estavam acostumados a ter durante toda a Primeira República²⁰.

Juracy inaugura na Bahia uma “nova velha ordem”²¹. Nova porque os coronéis, apesar de muito poderosos, agora precisam se submeter a uma estrutura partidária e a um líder único e maior – que nesse caso é o próprio interventor. E é velha porque ainda acontece uma troca de favores entre o governador e os coronéis, exatamente como antes da Revolução.

10. Bibliografia:

CARONE, Edgard. A Segunda República (1930 – 1937). Difel, Rio de Janeiro, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Clientelismo e Coronelismo: uma discussão conceitual*. In; Dado [online]. 1997, vol. 40 [citado em 28 de julho de 2006].

GUEIROS, José Alberto. O Último Tenente. 2ª ed.; Editora Record; Rio de Janeiro, 1996.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo do Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 5ª ed., 1986.

MAGALHÃES, Juracy. Minhas Memórias Provisórias. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

MAGALHÃES, Juracy. Minha Vida Pública na Bahia. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro, 1957.

PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquia (1888 – 1934): a Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

²⁰ É importante lembrar que Vitor Nunes Leal, no livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, afirma que o coronelismo só se estabelece porque o coronel perde o poder econômico e, conseqüentemente, político e por isso precisa do apoio do governo do estado para manter o mínimo de controle sobre sua região.

²¹ Idem.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. *A política na Bahia: Atraso e personalismo*. In: Ideação, Feira de Santana, n. 4, jul/dez, 1999, pp 47-78.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação – 1930-1937: O Legislativo da Bahia na Segunda República, Assembléia Legislativa – Assessoria de Comunicação Social*. Salvador, 1992.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Edufba, 10ª ed., Salvador, 2001.